

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 92º Reunião Ordinária – 06/02/2015

LOCAL: Sindicato Rural de Charqueada

Membros presentes	
Entidade	Representante
ASSEMAE	Amanda Alves de Lima Julio Cesar do Nascimento
CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral)	Denis Herisson da Silva
CETESB	Mauricio Magossi
Cooperativas Holambra	Petrus B. Weel
Instituto de Zootecnia	Alessandra Aparecida Giacomini
P.M de Jaguariuna	Rafaela Giusti Rossi
P.M. de Limeira	Dirceu Brasil Vieira Luiz Gonzaga da Silva
P.M. de Rio Claro	Miguel Madalena Milinski
Rotary Intl. D4590	Luiz A.C.S. Brasi
SANASA (Sociedade de Abastecimento de Água Saneamento S/A)	Amanda Alves de Lima Julio Cesar do Nascimento
Sindicato Rural de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Charqueada	Milton Luis Sarto
Sindicato Rural de Indaiatuba	Jose Rodolfo Penatti
Sindicato Rural de Jundiá	Luis Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin
Sindicato Rural de Monte Mor	Luis Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Piracicaba	José Rodolfo Penatti
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
SMA/CBRN	Kazue Matsumoto
Terceira Via	Nelson L. N. Barbosa
UNESP IB	Reinaldo Monteiro
UNICA	André Elia Neto

Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica no dia 30 de janeiro de 2015. **Abertura da 92º Reunião Ordinária:** O coordenador da CT-Rural, João Baraldi abriu

a reunião e agradeceu a presença de todos. O Presidente do Sindicato Rural de Charqueada – Sr. Milton Sarto - agradeceu a presença de todos e colocou o Sindicato de Charqueada à disposição da Câmara Técnica e desejou a todos uma ótima reunião. A seguir, Denis Silva seguiu com a apreciação da ata da 91ª reunião ocorrida em Holambra, SP e agradeceu as sugestões apontadas pelos membros para consolidação da ata. Não foram propostas outras modificações e a ata da 91ª reunião foi aprovada. A seguir, Denis informou o andamento da elaboração da Política de PSA no âmbito dos Comitês PCJ: a política avançou com uma série de sugestões dos membros de forma a não restringir o programa apenas para a área de produção rural, mas que deve ser amplo e atingir as zonas rurais e seus proprietários como um todo. Também informou que o grupo está em fase de definição do critério de tamanho de microbacia, se será utilizada a classificação de Strahler ou de Otto Pfafstetter. A seguir, foi realizada a apreciação do projeto já anteriormente encaminhado para os Comitês PCJ: "ELABORAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DA BACIA DO PINHAL" do município de Limeira, SP, pelos Engº Agrº Dirceu Brasil e Douglas José Bergamo. Em sua apresentação, Douglas destacou a importância do projeto em buscar a implantação efetiva do Plano Municipal de Recursos Hídricos de Limeira. Dirceu defendeu a importância do projeto na adequação ambiental da propriedade agrícola, pois estão previstas ações de conservação do solo, captação e retenção de água, além de reflorestamento ciliar. João Baraldi elogiou o projeto e defendeu sua importância no cenário de escassez hídrica que o Estado se encontra. Na votação, o projeto foi aprovado pela câmara. A seguir, foi realizada a apreciação do projeto: "PSA MAIS - O PSA PRECISA DE MELHORAMENTOS PARA SER MAIS ACEITO, MAIS VALORIZADO, E MAIS EFICIENTE". Nelson Barbosa, autor, destacou que o maior problema está na adesão do produtor rural ao

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 92ª Reunião Ordinária – 06/02/2015

LOCAL: Sindicato Rural de Charqueada

PSA (Pagamento por Serviço Ambiental) e que o programa deve se apresentar como uma oportunidade de negócio para o produtor. Nelson destacou a complexidade do ambiente agrícola e a exigência de um corpo técnico multidisciplinar para a realização do estudo de valoração, bem como na elaboração do Plano de Propriedade. Durante a apreciação do projeto, o Prof. Reinaldo sugeriu que as fontes de recursos sejam previstas, conforme a recomendação apontada pelo Henrique Bracale por email antes enviado a todos os membros. Dirceu Brasil falou que o processo de valoração vem sendo uma consequência dos projetos já realizados o que leva a muitos seguirem o exemplo de Extrema-SP, mas o produtor rural deve receber um preço justo, como propõe o projeto do Nelson. Maria Eugênia expressou sua opinião no sentido de que estudos de valoração sejam desenvolvidos pelas universidades, pois são complexos, multivariáveis e de natureza acadêmica. Nelson informou que, independente da forma, é necessário chegar aos patamares de valores condizentes com a oportunidade de negócio do produtor, caso contrário não haverá adesão maciça dos produtores e o projeto será um fracasso. No tocante às origens dos recursos, Rafaela informou que a Prefeitura de Jaguariúna já tem uma minuta de lei para repassar 2% da conta de água para o fundo de meio ambiente daquele município. Luis Fernando Amaral Binda defendeu o projeto, pois acredita que o PSA está pautado na questão da adesão /conscientização do proprietário/ produtor e que o valor deve ser justo e relacionado com a produção agropecuária. A seguir, o projeto foi submetido à apreciação e aprovado por todos os presentes. A seguir, João Baraldi passou a palavra para o presidente do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Francisco Lahóz, que agradeceu o convite da CT Rural e, aproveitando o assunto do PSA, destacou o sucesso do projeto desenvolvido no Estado do Espírito Santo. Destacou que um dos principais problemas é jurídico, quando se prevê o repasse de recurso público para o

privado e, desta forma, há necessidade de adequação na legislação para permitir este repasse. Durante a apresentação, Francisco falou sobre a pior crise hídrica de São Paulo nos últimos 110 anos e que, com o aumento populacional, os políticos tiveram que direcionar investimentos em saúde, educação, transporte em detrimento da gestão de recursos hídricos. Com relação aos próximos meses, Francisco prevê que as chuvas ocorrerão em fevereiro e março e que os usuários já deveriam se engajar em uma campanha visando à retenção ao máximo de água, principalmente nas propriedades rurais, com a devida precaução com a dengue. Informou ainda que as propriedades deveriam instalar o máximo de bacias de retenção e adequação das estradas rurais com cacimbas de infiltração. Disse também que a ideia de estocar a água não é nova, pois muitos municípios estão estocando água junto às captações. Também sugeriu uma campanha para instalação de macromedidores para diminuir as perdas de água tratada nas redes de abastecimento. Francisco falou sobre a experiência de Dirceu Brasil sobre a utilização de bacias de retenção e o convidou para expor sobre a experiência em Limeira. Dirceu informou que hoje a bacia de contenção é bem vinda nas propriedades rurais graças a um trabalho de conscientização já realizado anteriormente por sua equipe. Francisco sugeriu que a CT Rural faça uma carta um ofício ao Exmo. Governador para angariar recursos objetivando a construção emergencial de bacias de contenção, buscando reter parte das águas de chuvas até o final de março para evitar um colapso de abastecimento. A seguir, João Baraldi falou sobre a reunião do TR Florestal em 05/02/2015: informou aos membros que haverá a contratação de uma empresa para fazer o estudo de recomposição florestal e identificação das áreas prioritárias. Deliberações e considerações finais: Foram aprovados os projetos “ELABORAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DA BACIA DO PINHAL” e “PSA MAIS - O PSA PRECISA DE

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
Ata da 92ª Reunião Ordinária – 06/02/2015
LOCAL: Sindicato Rural de Charqueada

MELHORAMENTOS PARA SER MAIS ACEITO, MAIS VALORIZADO, E MAIS EFICIENTE”. Ficou deliberado que o secretário Denis Silva receberá as sugestões de ofício (7 dias) dos membros da CT Rural para a elaboração do “Manifesto de Charqueada” solicitando medidas emergenciais visando a retenção e infiltração de água nas propriedades rurais. Nada mais foi tratado e o Coordenador João Baraldi encerrou a reunião às 12:00. Eu Denis Silva, digitei a presente ata que será enviada e submetida à apreciação na próxima reunião.

Charqueada, 06 de fevereiro de 2015.

João Primo Baraldi
Coordenador da CT-Rural

Nilton Piccin
Coordenador-adjunto da CT-Rural

Denis Herisson da Silva
Secretário da CT-Rural